



Mulheres Médicas no Ensino da Medicina em uma Universidade Pública: Feminização da Profissão

Women Doctors in Medical Teaching at a Public University: Feminization of the Profession

Maria Ivanilde Pereira Santos¹

Maria Alice Ferreira dos Santos²

Camila Lins Rodrigues³

Emerson Costa dos Santos⁴

Tatiana Fróes Fernandes⁵

Vera Lúcia Mendes Trabbold⁶

RESUMO

Objetivo: analisar a participação de mulheres médicas no ensino da medicina em uma universidade pública num contexto de aumento da demanda de médicos e de feminização da profissão, bem como o perfil e participação destas na docência e na clínica nos setores público e privado. **Método:** Pesquisa exploratória-descritiva e analítica. A unidade de observação foi uma universidade pública que oferece curso de medicina há 60 anos e a unidade de análise foram mulheres médicas que atuam como docentes no curso de medicina nesta universidade. Um universo de 49 médicas foi pesquisado. O Estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa, Parecer número 1.501.700. Na análise de dados utilizou-se o programa estatístico SPSS. **Resultados:** Dos professores do curso de medicina na universidade analisada, 35,5% são mulheres médicas. Destas, 59,2% têm mais de 20 anos de atuação e inseriram na medicina quando esta profissão era majoritariamente masculina; 49% fizeram medicina em universidade pública estadual; 81,6% atuam nos setores público e privado, embora a maioria (55%) dedique maior tempo ao setor público. **Conclusão:** A participação de mulheres médicas no ensino da medicina na Unimontes é coerente com a feminização desta profissão observada no Brasil e acompanha as tendências contemporâneas desta profissão.

¹ Doutora em Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva. Montes Claros (MG), Brasil: maria.ivanilde@unimontes.br. <https://orcid.org/0000-0002-4828-7931>

² Doutora em Economia aplicada. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Departamento de Economia. Montes Claros (MG), Brasil. maria.alice@unimontes.br. <https://orcid.org/0000-0001-5296-642X>

³ Doutora em Economia. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Departamento de Economia. Montes Claros (MG), Brasil.: milalins82@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0427-8857>

⁴ Doutor em Economia aplicada. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Departamento de Economia. Montes Claros (MG), Brasil. emerson.santos@unimontes.br. <https://orcid.org/0000-0002-6493-7236>

⁵ Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Departamento de Saúde e Saúde Coletiva. Montes Claros (MG), Brasil. tatiana.fernandes@unimontes.br. <https://orcid.org/0000-0001-9178-5613>

⁶ Doutora em Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Departamento de Saúde Mental e Saúde Coletiva. Montes Claros (MG), Brasil. veratrab@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0707-485X>.

Recebido em

08-10-2024

Aceito em

25-02-2023

Publicado em

04-03-2025

Palavras-chave: Médicas; Ensino superior; Medicina; Feminização; Universidade.

ABSTRACT

Objective: to analyze the participation of women doctors in teaching medicine at a public university in a context of increased demand for doctors and the feminization of the profession, as well as their profile and participation in teaching and clinical practice in the public and private sectors. **Method:** Exploratory-descriptive and analytical research. The unit of observation was a public university that has been offering a medical course for 60 years and the unit of analysis was women doctors who work as professors in the medical course at this university. A universe of 49 doctors were surveyed. The Study was approved by the Research Ethics Committee, Opinion number 1.501.700. In data analysis, the SPSS statistical program was used. **Results:** Of the medical course professors at the analyzed university, 35.5% are women doctors. Of these, 59.2% have been working for over 20 years and entered medicine when this profession was predominantly male; 49% studied medicine at a public state university; 81.6% work in the public and private sectors, although the majority (55%) dedicate more time to the public sector. **Conclusion:** The participation of women doctors in teaching medicine at Unimontes is consistent with the feminization of this profession observed in Brazil and follows contemporary trends in this profession.

Keywords: Doctors; University education; Medicine; Feminization; University.

INTRODUÇÃO

A transição demográfica e epidemiológica e as iniquidades no processo de desenvolvimento no Brasil trazem implicações no modo de viver e na saúde da população, mudando o perfil de morbimortalidade e aumentando a demanda de serviços de saúde e a necessidade de inserção de médicos no mercado, sendo que a este universo somam-se, cada vez mais, profissionais do sexo feminino que tem assumido importantes funções nos serviços de saúde e na formação do profissional de saúde¹⁻⁶.

Com a predominância feminina na população brasileira⁷, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem crescido, impulsionada por sua crescente qualificação. No ensino superior, a relação entre homens e mulheres matriculados caiu de 96,9 para 96 homens a cada 100 mulheres entre 2000 e 2019. Em 2017, as mulheres representavam 57% das matrículas na graduação, sendo que na pós-graduação *stricto sensu*, elas também são maioria: em 2015, correspondiam a 60,6% dos mestres e 55% dos doutores titulados no país⁷⁻¹¹.

De 1920 a 2023 ocorreu evolução substancial tanto na população quanto no número de médicos no Brasil, sendo que nesse período a população passou de 30.635.605 para 203.062.512 habitantes, aumento de 562,8%, ou 6,7 vezes a população anterior. Já o total de registros de médicos no país saltou de 14.031 para 618.593, representando um crescimento de 4.308,7%, ou 44 vezes o número inicial de médicos. Verifica-se que nesse período de 103 anos o número de médicos cresceu cerca de 7,5 vezes mais do que a população^{5-7,12,13}.

A participação feminina na medicina passou por mudanças significativas ao longo do tempo. Em 1910, as mulheres representavam 22,3% dos médicos no Brasil, percentual que reduziu para 19,1% em 1930 e para 13% em 1960, o menor da história, quando havia 87 homens para cada grupo de 100 médicos. A partir de 1970, essa participação começou a crescer continuamente, alcançando 23,5% em 1980, 30,8% em 1990, 35,8% em 2000 e 39,9% em 2010^{5,6,12}.

No ano de 2023 o país ultrapassou a marca de meio milhão de médicos (618.593), uma população cada vez mais numerosa, mais jovem, mais feminina, mas infelizmente ainda distribuída de forma desigual entre as regiões brasileiras, entre as especialidades médicas, entre os níveis de atenção e entre os subsistemas público e privado de saúde^{5,6}.

Em 2017, os homens ainda eram maioria na medicina no Brasil, representando 54,4% dos 414.831 médicos em atividade, enquanto as mulheres correspondiam a 45,6%. No entanto, a diferença diminuiu a cada ano, apontando a crescente feminização da profissão. Entre os médicos mais jovens, as mulheres já são maioria, com 57,4% até 29 anos e 53,7% entre 30 e 34 anos. Já nas faixas etárias mais altas, os homens predominam, com 54,8% entre 40 e 44 anos, 62,5% entre 60 e 64 anos e 79,5% entre os médicos com 70 anos ou mais, mostrando ainda vestígios da masculinização desta profissão no passado^{5,6,12,13}.

Tendo em vista a limitação de estudos sobre a inserção feminina na docência médica em universidades públicas e da necessidade de ampliar a reflexão sobre essa temática, este estudo analisou a participação de mulheres médicas no ensino da medicina em uma instituição pública específica. O objetivo deste trabalho foi traçar o perfil dessas profissionais, identificar particularidades de sua atuação na docência e compreender como conciliam esse papel com a prática clínica nos setores público e privado. Ao explorar essa realidade, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre a feminização da medicina e os desafios enfrentados pelas médicas no ambiente acadêmico.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de natureza exploratório-descritivo e analítico, operacionalizado por meio de uma pesquisa de campo, utilizando-se da técnica *survey*, que contemplou 49 mulheres médicas docentes no curso de medicina em uma universidade pública. A unidade de observação é uma universidade pública que oferece o curso de medicina há mais de 50 anos, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e a unidade de análise foram as médicas que participaram do estudo. O critério de inclusão foi ser mulher médica e estar atuando como docente no curso de medicina da universidade em estudo no ano da pesquisa. Não atender a estes requisitos caracterizou o critério de exclusão.

O número de médicas que atuavam no ensino da medicina nesta universidade era de 61 (sessenta e uma) profissionais vinculadas a 05 (cinco) departamentos do curso médico. No entanto, destas 61 médicas, 12 (19,7%) se recusaram a participar, caracterizando-se como perda e 49 médicas (80,3%) participaram do estudo, configurando-se no universo da pesquisa.

A pesquisa foi realizada no ano de 2020, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado (perguntas fechadas e abertas) composto por 70 (setenta) perguntas envolvendo aspectos relacionados a 4 (quatro) domínios a serem avaliados: perfil e vinculação das médicas docentes no curso de medicina; formação e pós-graduação; atuação profissional nos setores público e privado; número de empregos, jornada de trabalho e remuneração.

Previamente à realização da pesquisa foi aplicado um pré-teste com o objetivo de testar o instrumento de coleta de dados e alinhar este instrumento aos objetivos da pesquisa. Este pré-teste foi aplicado pelos professores e alunos de iniciação científica vinculados à pesquisa. Após realização de pré-teste, o questionário foi ajustado e aplicado no local de trabalho, mediante agendamento com as respectivas médicas, sendo que a duração da aplicação do questionário foi de cerca de 3 meses, dada a peculiaridade da ocupação médica.

Por tratar-se de pesquisa com seres humanos, o presente estudo foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o Parecer número 1.501.700. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que explicita os objetivos da pesquisa. A tabulação e análise de dados foi realizada por meio do programa

estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21, por meio do qual realizou-se agrupamentos dos dados e frequências das respostas obtidas.

RESULTADOS

Perfil e vinculação das mulheres médicas docentes no curso de medicina na universidade pública analisada

Do total de professores atuantes no curso de medicina da universidade analisada (172) no ano de 2020, pouco mais de um terço ($61=35,5\%$) são mulheres médicas. Do ponto de vista da vinculação, essas 61 médicas que lecionam neste curso estão distribuídas em 05 (cinco) departamentos. O departamento onde se verifica o maior número absoluto de mulheres médicas no curso de medicina é o departamento de clínica médica. Entretanto, do ponto de vista proporcional, a maior participação de mulheres médicas no curso é registrada no departamento de saúde da mulher e da criança ($64,3\%$), ao passo que os departamentos onde se observa menor participação de mulheres médicas são os departamentos de clínica cirúrgica e de fisiopatologia (TAB. 1).

Tabela 1: Distribuição de mulheres médicas que atuam como docentes no curso de medicina da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), segundo departamentos de atuação. Montes Claros (MG) - Brasil, 2020

Departamentos do Curso	Número total de professores no Curso	Número de professoras médicas no Departamento	% de médicas
Clínica médica	40	21	52,5
Clínica cirúrgica	24	04	16,6
Saúde da mulher e da criança	28	18	64,3
Fisiopatologia	33	04	12,1
Saúde mental e saúde coletiva	47	14	29,8
Total	172	61	35,5

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do *Survey*. Montes Claros (MG), 2020.

Quanto à idade, das mulheres médicas que participaram do estudo, 20,4% têm entre 30 e 40 anos, 34,7% têm de 40 a 50 anos e quase a metade (44,9%) têm entre 50,1 e 70 anos, ou seja, estas entraram na medicina quando esta profissão ainda era majoritariamente masculina (TAB. 2).

Tabela 2: Mulheres médicas que atuam como docentes no curso de medicina na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), segundo idade. Montes Claros (MG) - Brasil, 2020

Idade	Frequência	Percentual
Entre 30,1 a 40 anos	10	20,4
De 40,1 a 50 anos	17	34,7
De 50,1 a 60 anos	19	38,8
De 60,1 a 70 anos	3	6,1
Total	49	100

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do *Survey*. Montes Claros (MG), 2020.

Em relação à naturalidade, a maioria das médicas que atuam como docentes na medicina nesta universidade (67,5%) é natural do município de Montes Claros (MG) onde localiza-se esta instituição, enquanto 28,5% são de outra cidade da região Norte de Minas ou do Estado de Minas Gerais, sendo apenas 02 (4%) de outro Estado do país. No que se refere ao estado civil, a maioria (77,6%) é casada e 86% delas têm filhos, sendo que destas, 45% têm dois filhos, 21% têm três filhos, 14% apenas um filho e apenas 6% têm 4 filhos. Nenhuma tem mais de 4 filhos. Em relação à presença de outros profissionais médicos na família, 80% possuem na família outros profissionais médicos além dela, sendo que dentre os parentescos observados os mais comuns são pais, filhos, irmãos, tios e sobrinhos.

Formação x pós-graduação

Em relação à natureza da instituição onde se formaram, 49% das médicas docentes no curso médico nesta universidade estudaram medicina em universidade pública estadual, 20,4% fizeram medicina em universidade pública federal e 30,6% estudaram em faculdades privadas. Quanto ao tempo de formação e de atuação profissional, mais da metade (59,2%) declararam possuir mais de 20 anos de formação e de atuação na medicina.

Quanto ao tempo de atuação na docência na medicina, 44,9% delas têm de 10 a 20 anos que atuam como docentes nesta instituição; 36,8% atuam nesta universidade de 20 a 30 anos; 12,2% há mais de 30 anos, apenas 4,1% atuam há menos de cinco anos nesta universidade e 2% não deram esta informação.

Em relação à pós graduação, a maioria das médicas que participaram do estudo (95,9%) tem pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu*, sendo que destas 61,2% têm mestrado, 18,4% têm doutorado, 10,2% são especialistas com título reconhecido pela Sociedade

Brasileira de sua especialidade e 6,1% possuem residência médica, sendo que as residências mais citadas foram pediatria (9); clínica médica (8), medicina de família e comunidade (8) e ginecologia/obstetrícia (7), destacando-se que todas estas residências são oferecidas na universidade pública em que atuam.

Atuação profissional nos setores público e privado

No que se refere à natureza da atuação profissional das médicas participantes da pesquisa, a maioria atua tanto no setor público quanto no setor privado, 12,3% atuam apenas no setor público e 6,1% não responderam a esta questão (TAB. 3). Das que atuam em ambos os setores, a maioria (55%) reconhece que dedicam mais tempo ao setor público.

Tabela 3: Mulheres médicas docentes do curso de medicina na Unimontes, segundo natureza dos setores de atuação: público e privado. Montes Claros (MG) - Brasil, 2020

Setor de atuação	Frequência	Percentual
Apenas no setor público	6	12,2
No setor público e no setor privado	40	81,6
Não responderam	3	6,1
Total	49	100

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do *Survey*. Montes Claros (MG), 2020.

Em relação à atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), a maioria (93,9%) prestam serviços no SUS, sendo que um percentual importante destas (13,6%) relataram dedicar ao SUS a maior parte da sua jornada de trabalho, chegando a dedicar a este sistema mais de 80% da sua carga horária; 31,8% afirmaram dedicar cerca de 30% do seu tempo à saúde pública e 20,5% dedicam mais da metade do seu tempo de trabalho ao SUS.

Dentre as que atuam no sistema público de saúde, a maioria (59,1%) trabalham na atenção secundária no nível ambulatorial ou hospitalar; 34,1% trabalham na Atenção Primária à Saúde (APS) e 6,8% atuam na atenção terciária, tanto no nível ambulatorial quanto hospitalar. Além do atendimento pelo SUS, a maioria (67,3%) atende também em consultórios particulares.

Número de empregos x jornada de trabalho e remuneração

Em relação ao número de empregos, entre as médicas pesquisadas, a maioria (91,8%) declarou possuir mais de um emprego, sendo que dessas 71% possuem entre 2 e 3 empregos, 22% possuem entre 4 e 5 empregos e 7% trabalham em mais de 5 locais diferentes.

Quanto à jornada de trabalho diário destas médicas, a jornada mais citada é de 8 a 10 horas diárias de trabalho, executada por 48,9% delas, seguida por 10 a 12 horas diárias (20,4%), 06 horas diárias (20,4%), 12 a 15 horas diárias (6,1%), mais de 15 horas diárias (2,1%). Além de serem docentes no curso de medicina nesta universidade pública, elas trabalham em outras faculdades de medicina privadas existentes no município e atuam também como médicas nos serviços de saúde. Dentre as pesquisadas, 12,2% atuam como docentes exclusivamente nesta universidade pública, mas 81,6% atuam como docentes também no ensino superior privado local.

Em termos de remuneração individual, em média mensal, os valores são diversificados: 51% das médicas que participaram do estudo tem renda mensal entre 10,1 e 20 salários-mínimos mensais, 16,3% entre 20,1 e 40 salários, 8,2% entre 40,1 e 50 salários, 2,1% entre 50,1 e 100 salários, 4,1% recebem mais de 100 salários mensais e 14,3% destas médicas recebem mensalmente entre 5,1 e 10 salários-mínimos (TAB. 4).

Tabela 4: Renda média individual mensal das mulheres médicas docentes no curso de medicina na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros (MG) - Brasil, 2020

Média de salários mensais	Frequência (n° de médicas que recebem)	Percentual
Entre 5,1 e 07 SM	1	2,1
Entre 7,1 e 10 SM	6	12,2
Entre 10,1 e 15 SM	15	30,6
Entre 15,1 e 20 SM	10	20,4
Entre 20,1 e 30 SM	6	12,2
Entre 30,1 e 40 SM	2	4,1
Entre 40,1 e 50 SM	4	8,2
Entre 90,1 e 100 SM	1	2,1
Mais de 200 SM	2	4,1
Não informou	2	4,1
Total	49	100

Fonte: Elaboração das autoras a partir de dados do Survey. Montes Claros (MG), 2020.

Somente duas (4%) optaram por não informar a média salarial. Para manter a renda mensal, a maioria (91,8%) declarou possuir mais de um emprego, variando entre 2 a 5 empregos.

A maioria (89,8%) considera que desde o início da atuação profissional enquanto médicas houve defasagem salarial na categoria. O fator mais citado como o principal motivo para essa defasagem é a baixa remuneração do setor saúde, seguido pela concorrência na categoria, uma vez que está formando grande quantidade de médicos no município semestralmente; e o terceiro fator mais apontado como principal causa desta defasagem é a crise financeira no Brasil. Além do número de empregos que ocupam na medicina, 63,3% das médicas informaram exercer atividade econômica extra para enfrentar a crise e manter o nível de salário num patamar desejado.

Em relação ao desgaste na profissão sofrido ao longo do tempo, 93,9% declararam tê-lo sentido. Dessas, 39% colocaram como principal desgaste o excesso de trabalho/multiemprego; 28,3% destacaram as condições inadequadas de trabalho nos serviços de saúde; 13,1% concluíram que o desgaste é decorrente principalmente da redução da remuneração do profissional médico nos últimos anos e 6,5% afirmaram que é resultado da competitividade entre os profissionais da medicina, devido ao aumento no número de profissionais formados a cada ano.

Outros fatores de desgaste foram apresentados por 13,1% das participantes, tais como: perda de autonomia, cobranças da população, relação médico-paciente difícil e dificuldade de relacionamento/articulação com outros profissionais da área da saúde. Para enfrentar o desgaste da profissão, 80% das médicas pesquisadas declaram que como estratégia buscam atualizar-se, 19% buscam novas possibilidades de trabalho, expandindo os empregos e os convênios com Planos de Saúde e 1% afirmaram assumir novas atividades além da medicina.

Em relação à sindicalização ou participação em associação médica, a maioria das médicas pesquisadas alegaram participar de alguma entidade de classe. O motivo mais comum da participação é a proteção do exercício profissional, seguido pela defesa dos interesses profissionais. Outros motivos também são citados, dentre eles busca de melhoria da remuneração junto aos convênios, garantia de bolsa escolar para os filhos, união da classe e obrigatoriedade.

Em síntese, o estudo revelou que a maioria das médicas docentes no curso de medicina da Unimontes têm pós-graduação, atuam nos setores público e privado, dedicando mais tempo ao SUS do que ao setor privado. A maioria tem mais de um emprego para complementar a renda e relata desgaste profissional devido ao multiemprego, principalmente por excesso e condições inadequadas de trabalho. O estudo revela também que a defasagem salarial e a competitividade na profissão são intensificadas pelo aumento do número de profissionais formados nesta área na região Norte de Minas Gerais e mais, especificamente, no município de Montes Claros, o que leva à necessidade de adoção de estratégias para manutenção no mercado de trabalho, sendo que uma das principais estratégias apontadas se refere à atualização profissional e educação continuada.

DISCUSSÃO

Num cenário onde as mulheres já ocupam lugar de destaque na medicina no Brasil, o estudo revela uma menor feminização da medicina no contexto do ensino médico na universidade pública analisada. Em 2020, apenas 35,5% dos docentes do curso de medicina da Unimontes eram mulheres, enquanto no Brasil a proporção de médicas em relação aos médicos era de 45,6%.

A distribuição dos médicos que iniciam na profissão a cada ano no Brasil, segundo sexo, é um indicador da tendência de feminização da profissão, no entanto é importante ressaltar que o aumento da participação da mulher na profissão médica não é um fenômeno recente e nem acontece apenas no Brasil, embora neste país esta realidade tenha sido crescente. No período de 2000 a 2016 foram registrados 220.993 novos médicos no Brasil, dos quais, 49,3% eram homens e 50,7%, mulheres. Este fenômeno da crescente participação das mulheres no mundo do trabalho é fato observável em nível mundial, em muitas profissões, alterando definitivamente o quadro de trabalhadores em quase todos os setores da economia, sendo que a saúde, e especialmente a medicina, acompanha esse processo e tem experimentado uma das mais altas taxas de feminização no mundo do trabalho^{5,6,12,13}.

As mudanças que ocorrem na profissão médica ao longo da história não se referem apenas à qualificação e autonomia relacionados ao trabalho desta profissão, destacando-se, principalmente, outras importantes alterações contemporâneas, tais como urbanização do

trabalho, rejuvenescimento, feminização, alterações estas que afetam especialmente a estrutura sociodemográfica da medicina, transformando definitivamente a tipologia do contingente de profissionais que se dedicam a esta profissão^{5,6,12,13}.

Importante destacar que a distribuição de profissionais da medicina segundo sexo não é homogênea nos diversos espaços regionais do Brasil. Entre os Estados brasileiros, o Piauí é o que tem a menor presença feminina na medicina, com 37% de médicas. Outros estados com porcentagens menores de mulheres na medicina são Amapá (37,2%), Goiás (38,5%), e Santa Catarina (38,8%). A situação das médicas que atuam no ensino da medicina na universidade pública analisada se assemelha a estes Estados, apresentando uma feminização da profissão ainda menor (35,5%). Por outro lado, os Estados brasileiros com maior presença de mulheres na medicina são Rio de Janeiro (50,8%) e Alagoas (52,2%) onde existem mais médicas do que médicos, seguidos pelos Estados de Pernambuco (49,6%), Distrito Federal (47,6%) e Paraíba (47,5%). No estado de São Paulo as médicas representam 45,4% e em Minas Gerais, 42,9%⁵.

Quanto aos departamentos que apresentam maior participação da mulher médica no ensino da medicina nesta universidade, destacam-se os departamentos de clínica médica e de saúde da mulher e da criança. Sobre esta questão, ressalta-se que aproximadamente 40% das vagas de residência médica no Brasil estão concentradas em quatro especialidades: clínica médica, pediatria, cirurgia geral e ginecologia e obstetrícia, ressaltando-se que ‘clínica médica’ é pré-requisito para residência médica em outras 12 especialidades.

Importante destacar também que recente estudo sobre perfil do médico no Brasil aponta que, entre os recém-formados que pretendem cursar residência médica as primeiras opções entre os diversos programas de especialidades são: pediatria, clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia e anesthesiologia, sendo que estas especialidades reúnem 48,3% das preferências, ressaltando-se que estas preferências coincidem com a distribuição dos médicos com título de especialista no Brasil, uma vez que essas cinco especialidades são as que apresentam maior registro de títulos no país, respondendo por aproximadamente 45% do total de médicos especialistas brasileiros^{5,6}.

No que se refere à idade, o estudo aponta para uma maior prevalência de médicas atuantes no ensino da medicina com idade acima de 40 anos na universidade pública analisada, a qual já tem mais de 50 anos de atuação no curso médico. Isto mostra que no

questito ‘ensino na medicina’ a presença de médicas mais jovens (com menos de 40 anos) nesta universidade ainda é tímida. Sobre isto, ressalta-se que, no Brasil, as mulheres já são maioria entre os médicos mais jovens, sobretudo nos grupos de até 34 anos. Nas faixas seguintes, a participação dos homens é sempre maior, devido a masculinização da profissão que vigorou no passado^{5,6,12,13}.

Ainda sobre esta questão, ressalta-se que a média da idade do médico vem caindo ao longo do tempo, evidenciando que para além da feminização tem ocorrido, também, um juvenescimento nesta profissão no país. A tendência é resultado principalmente do aumento da entrada de novos médicos no mercado em função da abertura de muitos cursos de medicina no Brasil nas últimas décadas. Assim, pode-se inferir que a medicina no Brasil é predominantemente exercida por profissionais jovens, com a maioria tendo menos de 16 anos de formação. Isso resulta em um mercado de saúde em constante adaptação às demandas nacionais e regionais, afetando todas as Unidades da Federação^{5,6,12,13}.

Sobre o fato da maioria das médicas que atuam no ensino da medicina nesta universidade serem casadas e terem filhos, ressalta-se que este resultado contrapõe à realidade da medicina no Brasil atual, uma vez que cerca de 91% dos médicos recém-formados no Brasil são solteiros, e 93,5% não têm filhos⁵. Isto, evidentemente, constitui um desafio a mais na conciliação da atividade profissional destas com a vida pessoal e familiar. Para além disso, o fato da maioria das médicas estudadas terem entre um e dois filhos tem relação com a redução da taxa de fecundidade observada em todas as partes do Brasil nas últimas décadas^{1-4,7}.

Em relação ao fato da maioria das médicas que participaram deste estudo possuírem outros profissionais médicos na família (80%), ressalta-se que esta é uma situação comum nesta profissão, uma vez que recentes estudos sobre a realidade dos médicos no Brasil aponta que quase metade destes profissionais têm parente médico, mostrando que a escolha profissional na medicina acompanha uma história de herança familiar com esta profissão representando dois caminhos: o da ascensão social e o da continuidade familiar^{5,6,12,13}.

A maioria das médicas que lecionam na universidade analisada formou-se em universidade pública estadual, muitas na própria instituição onde atuam. Isso reflete a política do Estado brasileiro em determinado período, quando a formação médica era

majoritariamente oferecida por instituições públicas, especialmente federais, antes da expansão das escolas privadas de medicina nas últimas décadas^{5,6,12,13}.

Considerando o local de origem como principal fixador do médico no trabalho, é importante destacar que em cada dez egressos de medicina mais de 4 (44,5%) pretendem exercer a profissão na cidade onde nasceram, 20,4% na cidade onde concluíram a graduação; 12,7%, na cidade onde concluírem a residência; e 22,4% pretendem atuar em outro lugar. Para 84% dos egressos de medicina, as condições de trabalho são o principal determinante para fixação em uma instituição ou cidade, depois da graduação ou residência⁵.

Em relação ao fato de mais da metade das médicas que atuam no ensino da medicina na universidade que é foco deste estudo (59,2%) ter mais de 20 anos de formadas e de atuação na medicina, ressalta-se que este dado contrapõe um pouco a realidade brasileira, uma vez que a maioria dos médicos que atuam no mercado de serviços de saúde no Brasil (cerca de 65,8%) têm menos de 16 anos de formados⁵.

A maioria das médicas que lecionam nesta universidade possui pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, alinhando-se à exigência da docência no ensino superior. No entanto, essa qualificação contrasta com o cenário nacional da medicina, onde, em 2017, 62,5% dos médicos em atividade tinham apenas título de especialista, enquanto 37,5% não possuíam nenhuma especialização⁵.

No que se refere à atuação no SUS, a grande maioria das médicas que participaram deste estudo prestam serviços neste sistema público de saúde, sendo que destas, um percentual importante dedica maior parte de sua jornada de trabalho ao SUS. Estes dados revelam uma importante inserção das médicas que ensinam medicina nesta universidade pública no universo da saúde pública local e regional e isto é bastante relevante, visto que a cidade de Montes Claros, onde está inserida esta universidade, é referência macrorregional em saúde. No entanto, 81,6% destas médicas informaram atuar tanto no setor público quanto no privado e este fato é coerente, visto que o serviço privado de saúde é, em grande medida, conveniado e complementar ao SUS, mas difere um pouco da realidade nacional em termos de proporção, visto que no Brasil, recente estudo sobre a demografia médica no país aponta que um percentual menor (50%) dos médicos atuam nos setores público e privado, ao passo que 28,3% atuam, exclusivamente, no setor privado, incluindo planos de saúde^{5,6,14-16}.

Sobre esta questão, ressalta-se que o mercado de trabalho médico é estruturado tipicamente entre as redes pública e privada e os tradicionais consultórios particulares. Ressalta-se, também, que atualmente o SUS tem se configurado como importante espaço de trabalho/empregador do médico. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, revelou que 71,5% dos brasileiros usam exclusivamente o SUS, o que reforça a importância da inserção do médico neste sistema público de saúde, com vistas a garantir os princípios da universalidade e integralidade no acesso aos serviços de saúde^{5,6,14-16}.

Em termos de Brasil, dos médicos que atuam somente no setor público 66,7% são jovens de até 25 anos, enquanto entre os especialistas, apenas 13,2% atendem exclusivamente no SUS. A recente demografia médica no Brasil mostra que o maior grupo de egressos do curso de medicina (79,2%) preferem trabalhar em hospitais, outros 50,2% desejam atuar em consultório particular; 45,3% em clínicas; e 28,3% no SUS em Unidade Básica de Saúde (UBS); 24,6% deseja atuar no ensino nas universidades; e 19,4% na Estratégia Saúde da Família (ESF); nesta pesquisa o mesmo médico podia escolher mais de um local de trabalho^{5,6,14-16}.

Além de atuar como docentes no curso de medicina desta universidade pública, todas as médicas pesquisadas atuam também em outras faculdades de medicina privadas que atuam no município, atuando também como médicas nos serviços de saúde locais, sejam públicos e/ou privados. Sobre a questão das escolhas em relação ao mercado de trabalho, há de se considerar que estas são múltiplas na medicina e que o médico geralmente atua em mais de um local ou em diferentes empregos. Recente demografia médica no Brasil aponta que, caso as condições de trabalho, a remuneração e o número de horas fossem equivalentes nos setores público e privado, 46,7% dos egressos de medicina optariam por trabalhar no setor público. Entre os médicos egressos de universidades públicas, 61,8% escolheriam trabalhar no setor público, contra 41,5% daqueles formados em escolas privadas. Entre os egressos de medicina, a preferência por trabalhar na universidade, com ensino, foi manifestada por 36,2% dos egressos de escola pública, contra 20,6% de escola privada⁵.

Em relação ao número de empregos, entre as médicas que participaram deste estudo, a maioria declarou possuir mais de um emprego, chamando a atenção a situação de multiemprego com atuação em até de 5 locais. Importante destacar que esta tem sido uma realidade no universo desta profissão, uma vez que o aumento no número de médicos que

estão se formando no país tem provocado uma busca de espaço deste profissional e uma concorrência no mercado de trabalho. Pesquisas apontam que no que diz respeito ao número de atividades exercidas na jornada de trabalho dos médicos no Brasil, somente 29% têm o privilégio de possuir apenas uma atividade. 71% dos médicos brasileiros trabalham em dois ou mais empregos, sendo que destes cerca de 20% dividem sua jornada de trabalho entre cidades diferentes^{5,6,14,16}.

Em termos de remuneração individual, em média mensal, os valores são diversificados, sendo que mais da metade das médicas que atuam como docentes no curso de medicina desta universidade analisada recebem entre 10,1 e 20 salários-mínimos e 30,7% têm remuneração acima de 20 salários-mínimos. Sobre isto, a demografia médica no Brasil revela que rendimento entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil mensais foi considerado ideal por 43% dos egressos de medicina para o início de carreira de um médico, aqui somados todos os vínculos de trabalho. Outros 19,9% idealizam rendimentos de até R\$ 8 mil, e 21,6%, de R\$ 12 mil a R\$ 16 mil⁵.

Este estudo revela também que as mulheres na medicina consideram expectativas salariais menores: 71,1% delas, contra 49,8% dos homens, apontaram como ideal um salário de até R\$ 12 mil em início de carreira. Já rendimentos iniciais entre R\$ 12 mil e R\$ 20 mil são reivindicados por 41,6% dos homens e 26,3% das mulheres. Ao serem indagados sobre a expectativa salarial após cinco anos de formados, 81,8% dos egressos consideraram como ideal um rendimento acima de R\$ 16 mil⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina no ensino da medicina em uma universidade pública, abordada neste estudo, reflete a crescente inserção da mulher na profissão médica no Brasil, acompanhando tendências contemporâneas e mudanças desta profissão ao longo da história. No entanto, essa participação ainda enfrenta desafios estruturais, como a menor representação feminina no corpo docente em comparação à proporção de médicas no país e as desigualdades de gênero. A atuação acadêmica, embora represente uma alternativa profissional, não deve ser vista apenas como uma extensão natural da feminização da medicina, mas como resultado de mudanças no acesso à pós-graduação, ampliação dos cursos médicos e inserção no mercado

de trabalho. A consolidação da mulher nesse espaço exige não apenas maior presença, mas também equidade em oportunidades e reconhecimento profissional.

Apesar das contribuições do estudo acerca do avanço do conhecimento na área, caracteriza-se como limitação do estudo o enfoque regional do mesmo, o que não permite a generalização dos resultados encontrados, fazendo-se necessário, portanto, uma ampliação desta discussão, sobretudo em um universo maior de instituições de ensino superior, para possibilitar tanto uma melhor compreensão sobre a atuação da mulher no ensino da medicina quanto para fomentar discussões e ações de ampliação da participação feminina na docência médica com maior qualidade e equidade.

REFERÊNCIAS

1. CAMARANO, Ana Amélia. A dinâmica demográfica e a pandemia: como andar a população brasileira? Texto para discussão n. 2873. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*. Brasília: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11974> Acesso em: 7 jun. 2024.
2. GUIMARÃES, Raphael Mendonça.; *et al.* Questões demográficas atuais e implicações para o modelo de atenção à saúde no Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 29, p.3-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Hc7XhJnP6kr3TTHRGjcVKKR/?lang=pt> Acesso em: 15 jul. 2024.
3. MARTINS, Thalyta Cássia de Freitas.; *et al.* Transição da morbimortalidade no Brasil: um desafio aos 30 anos de SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 26, v. 10, p.4483-4496, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mBHf5pYMHkMHrz7LMf99HxS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 maio 2024.
4. NEVES-JÚNIOR, Tarcísio Tércio das.; *et al.* Perfil clínico e sociodemográfico de usuários com doenças crônicas na atenção primária à saúde. *Enfermería Global*, Murcia, v. 22, n. 69, 2023. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S1695-61412023000100009&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 20 abril 2024.
5. SCHEFFER, Mário.; *et al.* *Demografia Médica no Brasil 2018*. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, Cremesp, p. 286, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/DemografiaMedica2018.pdf> Acesso em: 25 jun. 2024.
6. SCHEFFER, Mário.; *et al.* *Demografia Médica no Brasil 2023*. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, p. 344, 2023. Disponível em: https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023_8fev-1.pdf Acesso em: 5 jul. 2024.
7. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 maio 2024.

8. CARVALHO, Polliany Aparecida de.; VIEGO, Valentina. Evolução do emprego feminino no mercado de trabalho brasileiro: uma análise shift-share entre 2003 e 2018. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 1 (77), p. 207-224, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/gXGwwxpL8pxByjMf9gnSdHn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 jul. 2024.
9. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Dados Estatísticos*, GEOCAPES, Brasília, 2016. Disponível: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/> Acesso em: 31 jul. 2024.
10. SÍGOLO, Vanessa Moreira.; GAVA, Thais.; UNBEHAUM, Sandra. Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 63, 2021: e216317. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgB4hTT5v4S8q5F9kcPLVMn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 4 jul. 2024.
11. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior de 2019: resumo técnico*. Brasília: Inep, 2019.
12. SCHEFFER, Mário César.; CASSENOTE, Alex Jones Flores. A feminização da medicina no Brasil. *Revista Bioética*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 268-77, 2013.
13. MACHADO, Maria Helena (coord). Os médicos no Brasil: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bm9qp> Acesso em: 10 fev. 2024.
14. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 maio 2024.
15. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigos 196 a 200. Brasília: Senado Federal, 1988.
16. RIBAS-FILHO, Jurandir Marcondes.; MALAFAIA, Osvaldo.; CZECZK, Nicolau Gregori. A realidade do mercado médico brasileiro. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 185-186, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/WLrkWbgN3BLhKnPwc6BzTzC/> Acesso em: 20 jul. 2024.